



**IMPLANTAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA MUNICIPAL
SEBASTIANA RAIMUNDA PINTO- MG**

Belo Horizonte

2011

JOSEFINA MARIA DA SILVA

**IMPLANTAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA MUNICIPAL
SEBASTIANA RAIMUNDA PINTO- MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Profª Ms. Gláucia de Fátima Silva

Belo Horizonte

2011

JOSEFINA MARIA DA SILVA

**IMPLANTAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIANA
RAIMUNDA PINTO- MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Profª Ms. Gláucia de Fátima Silva (Orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 04 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho aos meus familiares e em especial a minha irmã Ana Maria da Silva que contribuiu enormemente para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente quero agradeço a Deus, pelos dons recebidos.

Agradeço aos meus pais, pelo amor incondicional.

Aos meus professores, pelos conhecimentos adquiridos.

E finalmente aos colegas de curso pela convivência e trocas.

"Viva como se fosse morrer amanhã.
Aprenda como se fosse viver para sempre."

Mahatma Gandhi

RESUMO

O presente trabalho é um relato da experiência de implantação da extensão do tempo escolar, iniciada em 2009, na Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto. Esta experiência é discutida como parte do Projeto Político Pedagógico da instituição e como responsável pela alteração dos parâmetros desse Projeto. O trabalho analisa ainda os impactos da implantação do tempo integral na gestão escolar, as demandas e os desafios que decorrem do maior tempo de permanência dos estudantes sob a responsabilidade desta instituição pública em Betim.

Palavras- chave: Gestão Escolar; Projeto Político Pedagógico; Tempo Escolar; Trabalho Escolar.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	A LEGISLAÇÃO E O TEMPO ESCOLAR.....	9
3	O PPP – A AMPLIAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DO TEMPO E ESPSÇO NA ESCOLA M. SEBASTIANA RAIMUNDA EM QUESTÃO...	12
4	CONCLUSÃO.....	18
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	20
6	ANEXO	21

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
SEBASTIANA RAIMUNDA PINTO

1 Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDBEN n.9394/1996) garante acesso obrigatório e gratuito ao ensino fundamental a partir da idade de 6 (seis) anos com duração de 9 (nove) anos. No artigo 32 da referida Lei o Tempo Escolar é descrito em parâmetros abrangentes. E para que a escola se adéque e possa atender o estudante como está estipulado em Lei, o tempo escolar deve ser repensado por toda a sociedade. A crescente transformação da sociedade e as demandas por ela desencadeada, impõe à escola uma nova concepção na forma de exercer o seu papel e repensar o tempo escolar.

O Projeto Político Pedagógico da Escola deve refletir os anseios do coletivo da comunidade escolar, com o objetivo de oferecer aos seus educandos o melhor para a sua vida acadêmica e social para que exerça a sua cidadania, assim:

A construção do PPP num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea, em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública. (OLIVEIRA, 2010, p.1).

O PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola é o norteador das ações que a escola disponibiliza para as práticas pedagógicas, envoltas a vida escolar do estudante. A Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto (E.M.S.R.P.), vê em seu Projeto (PPP) o Tempo Escolar como uma ferramenta que contribuirá para ampliação dos direitos garantidos na Constituição Brasileira, e especificadas na LDBEN, no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) a todos os estudantes em idade escolar.

Então algumas questões são necessárias para abordagem deste tema: O que é o tempo escolar? O que significa sua ampliação para o trabalho escolar? Qual o objetivo da ampliação do tempo do aluno na escola? E como ampliar o tempo escolar da Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto?

2 A legislação e o Tempo Escolar

A escola como conhecemos hoje é uma “invenção” do século XIX que encontrou muitas resistências para se estabelecer como instituição escolar, e para que tempos, espaços, currículos, modelo de seriação, e a própria construção cultural do que é o espaço escolar como conhecemos hoje levou muito tempo para ser elaborada. A seriação como modelo e imposição de um ritmo, de um tempo próprio da escola encontrou resistências dos docentes que até então trabalhavam com classes multiseriadas. E no contexto histórico desta “invenção” a escola cumpriria o papel de socializar as gerações jovens para o trabalho e havia com estas inovações todo um discurso do progresso, a necessidade de se formar pessoas capacitadas para o mercado de trabalho, adequado às exigências do modo de produção. Trabalhar no processo de formação dos sujeitos envolve conceitos como organização, racionalização do tempo, era uma forma de trazer para a escola as exigências do capitalismo. Nos ciclos de desenvolvimento humano tem-se como elemento central às temporalidades e os ciclos de vida e desenvolvimento humano, onde o ensino acontece de modo processual respeitando estes tempos dos sujeitos. O lugar do conhecimento. E a importância do mesmo para os sujeitos. Muda a lógica do tempo e por sua vez deve-se repensar o espaço, a forma de avaliar, os currículos, até mesmo o como ensinar.

Nove anos de escolarização não deve ser vista apenas como elemento de ampliação do tempo é a reelaboração de currículos, dos espaços, das temporalidades dos docentes. De acordo com Teixeira (ano), em seu texto intitulado *O tempo no registro da experiência*,

Tomando como ilustração à experiência do tempo na condição docente, vê-se que ela relaciona-se à capacidade de os professores articularem e gerirem as várias temporalidades de suas vidas, os múltiplos tempos escolares e, sobretudo as temporalidades presentes nas interações sociais professor/aluno em seus encontros de co-presença no cotidiano da escola, implicados nas diferentes rítmicas dos ciclos de vida e gerações humanas. (...) na experiência temporal docente estão implicadas as cadências da organização burocrático-escolar, com seus calendários e horários particulares; compassos da produção e transmissão do conhecimento; as temporalidades próprias às interações sociais, em especial as geracionais, além das lembranças de tempos pretéritos. A experiência do tempo, na condição de professor, compõe-se também dos rituais escolares com seus ritmos homogêneos e regulares, cíclicos e lineares, ao lado de compassos irregulares da afetividade, da espontaneidade e do envolvimento humano presentes na convivência escolar. De outra parte, como sujeitos sociais, de modo geral os professores, precisam combinar os tempos da escola da

família, do lazer e do trabalho, do estudo e do descanso, da produção e do ócio, do bairro e da cidade, da alegria e da dor dos afetos e desafetos. (p 50 e 52)

Na busca por um modelo educacional brasileiro adequado que atenda realidade contemporânea, à política educacional tem investido em alternativas que possa vir a suprir as demandas escolares. A LDBEN dá liberdade às instituições educacionais na organização dos tempos e espaços escolares, para que essas instituições possam se organizarem da melhor forma possível para que sua população receba um ensino de qualidade.

Em Betim, uma cidade que esta situada na região metropolitana de Belo Horizonte, a Secretaria Municipal de Educação optou pelo sistema Ciclo, baseado nos pilares do documento da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que são: Aprender a aprender, Aprender a conhecer Aprender a fazer, Aprender a ser e conviver.

O Projeto Pedagógico de Ciclo de Formação Humana da Secretaria Municipal de Betim baseia-se, como cita a cartilha dessa secretaria “(...) na idéia de que cada ser humano tem um valor, apesar das diferenças. A escola deve lidar com cada um de maneira diferente sem tentar padronizá-lo” (Prefeitura Municipal de Betim, 2002).

Com a implantação do Ciclo pela Rede Municipal de Educação de Betim em 1998 (Projeto Pedagógico de Formação Humana), o modelo tem passado por alterações no seu espaço, tempo, avaliação e currículo. Atualmente Rede Educacional da cidade, adota a seguinte filosofia a respeito dessa maneira de organização: 1º Ciclo: Infância (6, 7, 8 anos); 2º Ciclo: Pré-adolescência: (9 e 10 anos); 3º Ciclo: Adolescência: (11 e 12 anos); 4º Ciclo: Adolescência: (13 e 14 anos).

A partir de 2009, a Secretaria Municipal de Educação de Betim implanta o Projeto de Tempo Integral, denominado “Escola da Gente”, para algumas unidades escolares do ensino fundamental da cidade. Ampliando assim o tempo de permanência das crianças e adolescentes sobre a responsabilidade das Unidades Escolares. Este programa tem como meta atingir toda a rede educacional básica do município.

O Tempo Escolar é exposto por Cavaliere (2007), por quatro linhas de pensamento a respeito da extensão de jornada escolar, que são: “(...) de prevenção ao crime; concepção democrática; assistencialista e multissetorial”. Então cada Município construirá o modelo que mais lhe seja emergente a sua necessidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece igualdade de direito ao acesso e permanência dos educando, rege também a formação do indivíduo na sua plenitude possibilitando que obtenha acesso a todos os bens culturais, sociais e econômicos, tornando-se um cidadão crítico e participativo. A Escola é um bem público de direito do cidadão. Esse espaço propicia a toda a população na qual está inserida o direito à sua concretização da cidadania. Nesse sentido a LDBEN vem reafirmar o que diz o 3º e 4º Artigo do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990) que:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A Lei 10.172/2001 no capítulo que trata do Ensino Fundamental em seu Diagnóstico vem relatando a respeito do atraso da série idade de crianças e adolescentes fora da faixa etária de escolarização, dos resultados e das possibilidades de melhoria de correção de fluxo entre outros. No entanto, neste Diagnóstico é referendada a oferta de ampliação do tempo escolar onde:

A oferta qualitativa deverá, em decorrência, regularizar os percursos escolares, permitindo que crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando mais celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brasileira. A ampliação da jornada escolar para turno integral tem dado bons resultados. O atendimento em tempo integral, oportunizando orientação no cumprimento dos deveres escolares, prática de esportes, desenvolvimento de atividades artísticas e alimentação adequada, no mínimo em duas refeições, é um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem.

Para a organização do espaço escolar o governo normatiza diretrizes da educação nacional através da LDBEN. Nesta lei fica estabelecido que caberá a cada escola a elaboração do seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Os princípios do PPP estão contidos no Artigo 14 da referida lei, como sendo ações participativas no que diz a escolha do gestor e a sua forma de organização pedagógica.

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A forma de organização escolar na LDBEN é dinâmica nesse aspecto, pois há várias maneiras de se organizar como: em sistema de série, ciclos, períodos semestrais, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios desde que a organização atenda o processo de aprendizagem - Art. 23º da LDBEN.

Na LDBEN, no Art. 24, tem-se que a distribuição e o registro do processo aprendizagem devem conter em no mínimo 200 dias letivos e 800 horas de efetivo trabalho escolar, excluindo-se o tempo reservado à recuperação dos alunos.

Ressalta ainda na LDB no Art. 34º, § 2º que “O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.” Nesse sentido, o governo assume que a ampliação deste tempo escolar será ampliada progressivamente, suprida a demanda pelo ensino fundamental obrigatório. Já no Título IX Das Disposições Transitórias no Artigo 87 no § 5º, vem descrevendo que “Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral”.

3 O PPP – a ampliação e reorganização do Tempo e Espaço na Escola M. Sebastiana Raimunda em questão

O Projeto Político pedagógico (PPP) da Escola M. Sebastiana Raimunda Pinto (E.M.S.R.P.), do Município de Betim, trabalha com Ciclos de Formação Humana, 1º e 2º Ciclos (alunos de 6 a 10 anos de idade). A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (2002) instituiu que o Ciclo de Formação Humana “(...) tem como o centro da escola organizadas em ciclo é o aluno, pois o processo pedagógico deverá considerar onde o aluno se encontra e para onde se pretende levá-lo.” O PPP teve sua construção com bases na participação. Rostirola (2010, p.74) diz que:

O PPP foi proposto com o intuito de descentralizar e democratizar as decisões pedagógicas, organizacionais e financeiras da escola, ou seja, uma estratégia para todos os envolvidos no ato educativo tornarem-se responsáveis pelo sucesso da escola. Deve estar em constante aperfeiçoamento e modificações devido à escola ser o meio primordial de construção e difusão do conhecimento.

O PPP é um instrumento de planejamento que estabelece o rumo das ações e prática educativa da escola, possibilitando autonomia administrativa, financeira e pedagógica, assegurando sua “vida de ESTADO e não de GOVERNO”. (vídeo 1 Escola de Gestores). Dar clareza ao trabalho, determinar fins, indicar o caminho, projetar o futuro, assegurar a continuidade de um trabalho, não desviar de suas metas a cada governo que chega de quatro em quatro anos é um dos objetivos da construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP).

Com bases na participação democrática, a Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto teve um grande avanço na sua organização institucional, pois o PPP é uma das ferramentas essenciais para que a escola dinamize seu trabalho dando caráter científico e prático, e contínuo em suas ações administrativas, financeiras e principalmente pedagógicas.

Ter construído o PPP na referida instituição escolar com base da participação coletiva, oportuniza a este espaço autonomia de atender a sua demanda na sua plenitude de necessidades, não ficando a mercê de interesses externos a desejos e

necessidades particularizadas. O PPP da escola deve refletir os interesses e anseios daqueles que dela participam.

Um dos elementos contidos no PPP da escola é o Tempo Escolar que para uma instituição educacional tem papel relevante no processo de ensino e aprendizagem das crianças e adolescentes, que hoje estão submetidos a um excesso de informações.

Os estudantes da E.M.S.R.P. estão contextualizados nesta realidade, assim, pensar em ampliar este tempo escolar, significa para o aluno receber o que lhe é de direito, garantido em Lei da Educação Nacional, e é resgatar sua condição humana. “Conceber a educação como direito humano diz respeito à considerar o ser humano na sua vocação ontológica de querer “ser mais” diferentemente dos outros seres vivos, buscando superar sua condição de existência do mundo.” (HADDAD, 2010, p.03).

A ampliação do tempo escolar nos termos da LDBEN n.9394/96, o Ensino Fundamental deve conter obrigatoriamente o mínimo de 800 (oitocentos) horas de efetivo trabalho escolar no ano civil. Segundo o art. 34 o Tempo será progressivamente ampliado o período de permanência do estudante na escola. Com base neste artigo a E.M.S.R.P. implantou, no final do ano de 2009, a extensão do seu tempo escolar atendendo à uma das metas previstas no PDE – Escola (Plano de Desenvolvimento da Escola).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Plano Federal, tem em uma de suas diretrizes o PDE-Escola, que constitui em uma ferramenta organizacional avaliando todos os seguimentos da escola, diagnosticando suas necessidades pedagógicas estabelecendo ações e metas. Dentre essas metas esta a ampliação do tempo escolar. Para as escolas que tiveram em 2007 IDEB (Índice de Desenvolvimento da Escola Básica), nota inferior a media nacional 4,2.

Após consulta aos funcionários que desejavam a ampliação do tempo escolar, a direção e a pedagoga partiram em busca desse espaço. Que já se constituía um desejo do grupo e também constava como uma das ações do PDE-Escola. Em seguida entraram em contato com os coordenadores do “Programa Escola da Gente”, projeto de ampliação do tempo escolar da atual prefeitura da cidade. A partir

desse momento é que a escola tomou o conhecimento sobre o Programa Federal MAIS EDUCAÇÃO e inscreveram-se.

No entanto, a E.M.S.R.P. não possui estrutura física para atendimento aos alunos em tempo integral e buscou estabelecer parcerias com duas ONGs. A Primeira delas foi estabelecida com a Missão Ramacrisna, que está distante da escola a 2 km e que conta com espaços de informática, sala de artesanato, biblioteca, brinquedoteca, parque, 2 salas amplas para aula, auditório, refeitório e banheiros. Nessa ONG também é desenvolvido o atendimento externo a outras escolas e comunidade em geral. Nessa organização também funciona uma fábrica de telas, de macarrão e a cooperativa das mulheres artesãs do bairro onde esta instalada.

A outra ONG é o Instituto Batista Mineiro, que se encontra a 800 metros de distância da escola, e possui uma quadra sem cobertura, uma capela, três salas pequenas e uma sala ampla, piscina, refeitório, banheiros e grande área verde com piscicultura, suinocultura e uma horta. Nessa referida instituição funciona uma fabrica de pães, de sorvetes e picolés uma marcenaria e uma gráfica. Oferece para a comunidade: oficinas de cabeleireiro, artesanato que atendem a mães e adolescentes em condições precárias (pessoas usuárias de drogas lícitas e ilícitas que conseqüentemente colocam sua vida e de sua família em risco). Oferece também atendimento dentário e assistência social.

Ambas as ONGs já foram o passado instituições de crianças e adolescentes que viviam em sistema de internato.

Para que a escola possa usar esses espaços, conta somente com um ônibus, que faz o transporte dos alunos menores, que vêm de outro bairro à escola. Há um grupo de alunos que fazem o trajeto da escola ao Instituto Batista Mineiro a pé acompanhado pelos monitores devido a escola contar somente com esse transporte.

Os funcionários que atendem esses alunos são monitores universitários que são pagos pela verba municipal e recebem formação uma vez por mês, pela instituição universitária na qual a Secretaria de Educação fez parceria e pela coordenadora do programa semanalmente.

Deve-se pensar também que não só a ampliação do tempo escolar por si só que garantirá maior eficiência nas práticas escolares. É preciso o envolvimento das famílias, de todos os profissionais que trabalham na escola, da comunidade do seu entorno, buscando a construção de uma proposta pedagógica cujos objetivos sejam pautadas na valorização dos saberes, nos direitos e deveres individuais, na pluralidade cultural, no respeito mútuo, e em condições adequadas de se efetivar a dinâmica de ensinar e aprender.

3.1 Desafios na implantação da extensão de jornada escolar da EMSRP

Em 2009, a Prefeitura de Betim iniciou a implantação Projeto da “Escola da Gente” que é a escola de tempo integral, numa concepção que baseia-se numa Cidade que Educa. Uma escola onde toda sociedade contribui e assumi o compromisso na formação das futuras gerações.

De acordo com o portal da Prefeitura Municipal de Betim, no início do programa foram atendidas dez escolas em tempo integral, onde eram oferecidas três refeições diárias, modalidades de esporte diversificadas, artes e acompanhamento pedagógico. Em 2010, o programa foi ampliado e já atende 30 escolas e a meta da prefeitura é chegar a todas as unidades escolares de ensino fundamental.

Neste novo cenário escolar, a E. M. Sebastiana foi integrada nas primeiras unidades da implantação do programa (11/2009). Por ser uma inovação para toda a comunidade escolar e Secretaria de Educação, a sua implantação foi muito conflitante.

Hoje, um ano depois este conflito ainda existe, embora muitas barreiras já foram vencidas, porém, não há um direcionamento claro do que estão fazendo. Somente a certeza de que há interesse tanto da parte da escola quanto secretaria em acertos.

Destarte, neste um ano da implantação do Programa Escola da Gente, podem-se listar alguns desafios na construção do projeto de extensão de jornada na Escola Sebastiana que são:

- Espaço físico;
- Aceitação do grupo de educadores da escola;
- Aceitação da comunidade;
- Mão-de-obra adequada para execução das atividades e do administrativo;
- Locomoção;
- Planejamento (O que fazer? Como fazer? E por que fazer?);
- Custeio (água, luz, alimentação, telefone, material didático, material de manutenção e limpeza);
- Segurança;
- Tempo;
- Organizar e dinamizar o espaço físico;
- Sobrecarga de funções para o gestor da escola;
- Tempo de encontro entre os gestores para avaliação.

3.2 Avanços na implantação da extensão de jornada escolar da EMSRP

Ao final de 2010 o programa da Escola M. Sebastiana obteve as seguintes conquistas:

- Parceria com as ONGs;
- Confiança da comunidade, pais e população do bairro;
- Monitores em formação;
- Apoio da prefeitura para o custeio: alimentação, transporte motorizado (parcial), mobiliário, manutenção com água, luz e telefone, limpeza e funcionários e construção da rede de outros setores da Prefeitura (Meio-Ambiente, Cultura, Esporte, Saúde e Transporte).
- Um coordenador para o projeto que faz o intercâmbio com a escola/programa/escola, dando direcionamento as atividades planejadas.
- Avanços no planejamento das atividades pedagógicas e dinamização do espaço e do tempo;
- Assistência social, pedagógica, enfermeira e psicóloga;

- Reflexos na mudança de hábitos dos estudantes dentro do espaço escolar tradicional como: crianças que antes não brincavam, hoje brincam. Há brincadeiras menos agressivas, crianças mais falantes, felizes e extrovertidas, apresentam autonomia em realizar tarefas espontâneas como (apresentação de teatro, música, danças, aumento do desejo de ler).

4 Conclusão

Neste processo de construção de uma concepção de educação que a sociedade busca construir desmitifica um saber já estruturado na Rede Municipal de Betim. Pensar a educação num sentido mais amplo, onde a Ciclo de Formação Humana é o centro do processo educacional, ampliação da visão do que é educar. Pois na contemporaneidade o ser humano tem que ser múltiplo, em suas ações, para que ele possa sobreviver e exercer o seu papel de cidadão na manutenção da vida terrestre.

O gestor nesse entendimento de escola tem que ter um pensamento amplo, visionando as múltiplas vidas que emergem de um ser dentro da sociedade. Gerir este tempo maior escolar é permitir ampliação dos conhecimentos que o mundo oferece, e que esta ao alcance de uma minoria.

Vencer a estrutura organizacional dos espaços físicos, os tempos rígidos, a “disciplina do silêncio”, as grades curriculares, a barreira de alienação educacional presentes em alguns educadores em exercício, são também desafios que estão em evidencia no cotidiano da Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto que só poderão ser vencidos com formação continuada, com o fazer e refazer e com o desejo do poder público.

Os papéis que cada segmento exerce na escola deverão ser repensados fazendo as mudanças também no regimento da escolar. Na escola aqui descrita há um fator que demanda muitas discussões no coletivo. A escola não possui espaço físico adequado para atendimento em tempo integral. E para que de fato o tempo de extensão atinja as metas almejadas em seu projeto é importante repensar a

estrutura hoje montada com parcerias na utilização de outros espaços físicos. A escola não tem autonomia nesse espaço cedido, e seu projeto acaba sendo postergado deixando o coletivo desarticulado e desmotivado, visto que o trabalho escolar fica desarticulado. Para Oliveira (2002) trabalho escolar é:

(...) forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos são divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características inerentes à forma como o trabalho é organizado. (...) organização escolar refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino é estruturado. Das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados, tudo seria matéria de organização escolar (OLIVEIRA, 2002, p. 131 e 132).

Assim, na reorganização do tempo escolar para sua ampliação, deve-se reavaliar e reorganizar o trabalho escolar da referida escola. Desse modo intensificações do trabalho coletivo da escola serão evitadas e a validação de um tempo escolar condizente com as demandas da escola realizadas.

Portanto, tudo que já foi vivenciado e conquistado pela E.M.S.R.P. é só um prenúncio dos trabalhos que neste conceito de pensar e fazer a educação terá pela frente, para almejar um novo cidadão. Muitos desafios terão de ser enfrentados, pois todo avanço ocorrido na área da educação acontece por meio de lutas, e as transformações ocorrem de forma muito lenta. EDUCAR é um processo complexo, pois são vários os atores que a compõem, portanto, são vários os interesses e desejos dos atores envolvidos neste processo. No entanto, é nessa relação que dar-se o trabalho do gestor.

Sabendo-se que, não é tarefa fácil estar na gestão de uma escola que implanta o tempo integral, utilizando-se de outros espaços, mas a iniciativa de começar e abrir horizontes, discussões a cerca dessa situação na construção de uma escola de qualidade, onde o direito de aprender seja dado aos menos favorecidos na sociedade, no bairro da referida escola, faz com que se tenha força para enfrentar os desafios.

5 Referências bibliográficas

BETIM. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Betim. **A vida acontece em ciclos**. 2002. p.1.

BETIM. Secretaria Municipal de Educação e cultura de Betim http://www.betim.mg.gov.br/prefeitura_de_betim/secretarias/educacao/40528%3B51103%3B072426%3B0%3B0. asp>. Acessado em 26/12/10

BRASIL. Constituição Brasileira http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Em 24/12/10

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura – MEC. <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>.> Acessado em: 24/12/10

BRASIL. < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. > Em 25/12/10

BRASIL. ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. > Acessado em: 26/12/10

BRASIL. Disponível em: <[http:// portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article. d](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article. d)> Acessado em 26/12/10

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Disponível em: <[HTTP://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)> acessado em: 25/12/10

CENPEC- Centro de Estudos em educação, Cultura e Ação Comunitária. **Tecendo Redes para a Educação Integral**, Ed. Copyright by Cenpec. SP. 2006. p.7.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200010&script=sci_arttext&tlng=en. > Acessado em: 26/12/10

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Repensando a Gestão Escolar para a Construção de Uma Escola Pública de Qualidade**. 2004. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/unesco/>.>Acessado em 26/12/10

ROSTIROLA, Camila Regina; SCHNEIDER, Marilda Pasqual. **Projeto Político Pedagógico: instrumento de melhoria da qualidade educativa?** 2010. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/viewFile/142/pdf_16> Acessado em: 8/01/11.

6 Anexo



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PPP– PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**Erildamar Anastácio
Josefina Maria da Silva**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**BELO HORIZONTE
2010-**



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ESCOLA DE GESTORES

Erildamar Anastácio

JOSEFINA MARIA DA SILVA

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIANA RAIMUNDA PINTO**

Atividade apresentada à Escola de gestores da UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Gestão escolar.

Área de concentração: Ensino.

Orientadora: prof^a Gláucia Fátima da Silva.

BETIM

2010

SUMÁRIO

I- INTRODUÇÃO -----	4
II- FINALIDADES DA ESCOLA-----	5
III-ESTRUTURA ORGANIZACIONAL -----	6
IV- CURRÍCULO -----	9
V-TEMPO ESCOLAR -----	11
VI- PROCESSO DE DECISÃO -----	18
VII- RELAÇÕES DE TRABALHO-----	22
VIII- AVALIAÇÃO-----	26
IX- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	28

I – Introdução

A Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto, está localizada a Rua Leopoldina, nº40, no bairro Itaquera no município de Betim, estado de Minas Gerais. Situa-se em uma região com características rurais e urbanas. As família dos estudantes tem nível sócio econômico baixo, com renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos, muitos vivem do dinheiro repassado pelo Governo Federal e Municipal. A profissão dos pais ou responsáveis é na maioria: caseiros, diaristas, carpinteiros, serventes e trabalhadores rurais ou metalúrgicos. Possuem baixa escolaridade: 10% não concluíram o ensino médio, 75% estão com o ensino fundamental incompleto, e 15% são analfabetos.

A escola funciona em dois turnos: manhã e tarde. Possui atualmente 200 estudantes que estão organizados no sistema de ciclos, os de 6, 7 e 8 anos (1º ciclo), e os 9 e 10 anos o (2º Ciclo). Para atendê-los a escola conta com os seguintes profissionais: 10 professores, 1 tesoureira, 1 secretaria, 1 técnico de secretária, 2 bibliotecárias, 4 agentes de serviço, 1 pedagoga em sistema de rodízio, manhã e tarde. Diretor, vice-diretor a tesoureira e a secretaria fazem o atendimento a outra escola numa distância de 5 quilômetros.

A construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da referida escola inicialmente encontrou alguns entraves para sua elaboração, devido ao não esclarecimento dos envolvidos da grande importância do mesmo para nossa instituição. Portanto foi um processo que demandou muitas discussões entre o grupo para que realmente ele pudesse constituir-se em um documento de diretrizes de planejamento para a nossa instituição.

O PPP é um instrumento de planejamento que estabelece o rumo das ações e prática educativa da escola, possibilitando autonomia administrativa, financeira e pedagógica assegurando sua “vida de ESTADO e não de GOVERNO”. (vídeo 1 Escola de Gestores). Dar clareza ao trabalho, determinar fins, indicar o caminho projetar o futuro assegurar a continuidade de um trabalho, não desviar de suas metas a cada governo que chega de quatro em quatro anos.

Construir o PPP é estabelecer o planejamento organizacional, nas ações administrativa, financeira e pedagógica. Nessa proposta administrativa, o espaço

escolar é um local público de direito de acesso, permanência e aprendizagem ao seu educando. Oliveira (2010) explicita a importância desse documento nos tempos atuais:

A construção do PPP num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea, em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública (OLIVEIRA, 2010, P.1).

É necessário que os profissionais da instituição venham a referendar o PPP que teve a sua participação e da comunidade na sua construção para quem estes prestam serviços educacionais.

A escola é um espaço público conquistado e assegurado pela Constituição Brasileira na prestação de serviços educacionais, portanto, cabe-lhe como dever dos profissionais que a constitui fazer desse espaço um local que favoreça aos educandos a sua ascensão através da educação pautada em uma ética igualitária para uma vida plena e democrática. (RIOS, out. 2010).

O processo de elaboração do PPP é a chave que abrirá as portas do diálogo e da participação efetiva de seus atores, oportunizando vivenciar as práticas democráticas. A gestão passa a ser constituída por uma equipe gestora, estreitando as relações, dividido fracassos e sucessos.

II- FINALIDADE DA ESCOLA

A finalidade da Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto, é garantir uma aprendizagem de qualidade para todos os seus educandos. Navarro (2004,,p1) diz; "(...) a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre esses componentes: gestores, professores, estudantes, educadores não-docentes e pais." Concebendo a educação como um bem de ascensão: política, cultural e social, o planejamento a ser realizado nessa escola tem como ação assegurar aos seus componentes a participação, a fim de antever na formação da futura geração elementos/ princípios de uma cultura democrática e participava no espaço escolar.

É também re-significar o valor do indivíduo como ser social e histórico na busca de que as pessoas respeitem sua história, seu espaço, o ambiente social e natural como condição indispensável na manutenção da vida no planeta. É apropriar-se dos mecanismos básicos para adquirir os conhecimentos: da língua pátria e os lógicos matemáticos até a idade de 10 anos. Período que se encerra o segundo Ciclo, conforme é estabelecido no Sistema Educacional de Betim. Após esse período de escolaridade os educandos são encaminhados a outras escolas para dar continuidade a sua vida escolar.

A função social da escola é munir a seus educandos de competências educativas que promova a sua formação integral, assim “O incremento da qualidade¹ de ensino a democratização da gestão da escola e tudo mais somente tem sentido se voltados para o desenvolvimento dos alunos.” (SOUZA, 2010, p.1)

III- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1- Estrutura física

A Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto, esta construída numa área de terreno acidentado, dividido em três pavimentos no sentido vertical. A cada pavimento tem sua construção em diferentes décadas, portanto o prédio onde esta a referida escola não tem uma arquitetura planejada e atual, dificultando e restringindo o acesso para fase infantil do seu alunado e o atendimento a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que “(...) estabelece normas gerais e critério básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.”

2 - Material didático pedagógico

Possui material didático pedagógico e recursos de manutenção em nível satisfatório (folha, cadernos, lápis, jogos, papéis diversificados). Atualmente, estão sendo instalado o laboratório de informática, com limitações, visto que é uma área geográfica em que não há acesso a internet e a dificuldades também na formação

¹ Art. 4º. (...) IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem. (<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>/ em: 09/10/10)

do docente para utilizar mais essa ferramenta didática- pedagógica. É necessário avançar na organização do espaço físico e a atualização do acervo da biblioteca e no laboratório de Ciências.

3- Organizações do tempo escolar

O sistema adotado na escola é Ciclo de Formação Humana² que esta assim constituída na Rede Municipal de Educação de Betim dividida em:

Infância: 1º e 2º Ciclos (6, 7 e oito anos) e (nove e 10 anos)

Pré - adolescência: 3º Ciclo (11 e 12 anos)

Adolescente: 4º Ciclo (13 e 14 anos)

A Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto, trabalha com o 1º e 2º Ciclos nos turnos da manhã e tarde. A cada quatro turmas há um professor para realizar ações de regência, flexibilização entre as turmas, regência compartilhada e o atendimento a Apgs (alunos que apresentam maior dificuldade em acompanhar a turma de origem). Com essa organização é, proporcionado espaço na carga horária diária dos professores e bibliotecárias: três horas de planejamento e uma hora formação em serviço.

4- O planejamento

O planejamento na escola é organizado no principio de cada ano letivo para definir o cronograma das atividades: festividades, reuniões de pais, projetos relacionados a todos os ciclos, definição do planejamento na construção das normas da escola com os alunos e pais, reuniões pedagógicas e administrativas e construção de normas de convivência entre o grupo de profissionais. Para Ângelo, (2010, p 3).

² Art. 23º. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. .(Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>/ em: 09/10/10)

O planejamento no âmbito da unidade escolar caracteriza-se como meio, por excelência, do exercício do trabalho pedagógico de forma coletiva, ou seja, como possibilidade ímpar de superação da forma fragmentada e burocrática de realização desse trabalho.

A distribuição de turmas levará em consideração a afinidade do profissional com o respectivo ciclo, o desejo e as necessidades da turma com as características e formação do professor. Diante do diagnóstico da turma será realizado o Plano Anual de trabalho para a referida turma e o monitoramento do plano com encontros do pedagogo e professor quinzenais ou quando se fizer necessário para planejar, avaliar o desenvolvimento do plano.

Plano Anual terá como referência: o Currículo construído pela Rede Municipal de Educação, as matrizes da prova Brasil e as habilidades da avaliação do estado SAEB.

O calendário escolar consta-se de 200 dias de aula e três dias escolares (reunião administrativa- pedagógica). Ao completar mais ou menos 50 dias de aula e após ter registrado as avaliações e o desempenho dos alunos será repassado aos pais ou responsáveis os resultados do filho (a). Assegurar o cumprimento dos dias letivos com um planejamento conciso é proporcionar ao educando o direito a educação como relata Cury (2010, p.6)

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação.

IV- Currículo

A escola é um espaço público que tem nas ações de relações ensino aprendizagem o travamento de embates de culturas, é nessa relação que dar-se o currículo, Moreira (2008). O currículo, portanto deverá ter em sua essência o estudo da comunidade na qual estão inserida, respeitando as diversidades. É fundamental que essa cultura amplie-se oportunizando aos educandos terem acesso a outras culturas. Assim o acesso ao mundo letrado e de suma importância a sua garantia. Pois a leitura e a escrita são as ferramentas da atualidade que permitirá aos educandos condições de emancipação. É inadmissível ter uma comunidade nos

tempos atuais que estejam à mercê das classes dominantes por não terem a cultura letrada.

O Currículo escolar, da Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto (EMSRP), tem como concepção pedagógica o desenvolvimento humano numa perspectiva de oportunizar ações educativas que permeiam pelas áreas do conhecimento da cultura, da política e da economia. Adquirir uma sociedade com visão humanizadora perpassa pela formação no chão da escola.

Sobre a ótica de Godotti (2010, p.6), os “(...) eixos centrais são ‘equidades’ e “participação”, é um conceito em evolução, e se opõe à concepção neoliberal de desenvolvimento como uma sociedade equitativa, esta a ser alcançado através da participação das pessoas”, assim, o desenvolvimento humano dos integrantes da comunidade escolar da referida escola se dará pela participação efetiva dos cidadãos.

O currículo é uma ferramenta viva, dinâmica e cultural. Conceber o currículo como um pacote de normas pré estabelecidas poderá vir a ser a negligencia do direito a educação que liberta o individuo. Segundo Lopes (2010, p.38), a:

(...) idéia de política de currículo como um pacote “lançado de cima para baixo” nas escolas, determinado pelos governos, cabendo às escolas apenas implementar ou resistir a esse pacote. Igualmente se confronta com a distinção entre política e prática como duas instâncias nas quais estão polarizadas a dominação e a resistência, a ação e a reação.

Diante da concepção de construir/ organizar o ensino em ciclos de Formação Humana a Rede Municipal de Betim desencadeou movimentos com os educadores na construção do Referencial Curricular da Rede desde o ano de 2006, e em 2008 publicou o referencial com base no Currículo Nacional para Educação Básica. Este referencial curricular teve como metodologia a participação dos educadores como descrito no Referencial Curricular da Rede Municipal de Betim.

A metodologia da participação adotada teve como principio organizativos; (a)partir da pergunta, aos professores e pedagogos, sobre qual currículo eles referendavam e punham em ação em suas práticas pedagógicas; (b) estimular a discussão e a negociação de sentidos entre os pares das áreas, das disciplinas, dos ciclos. (Referencial Curricular da Rede Municipal de Betim, 2008, p.14 - Parágrafo 4).

O Referencial Curricular da Rede Municipal de Betim é o ponto de partida para a EMSRP refletir sobre as ações pedagógicas e metodológicas que estão sendo vivenciadas no seu cotidiano, pois são essas reflexões que delimitará a concepção curricular dessa instituição educacional. Portando é necessário o corpo

docente dessa escola tenha sempre em suas práticas o compromisso de refletir suas ações, a fim de suas práticas seja direcionado para a Formação Humana dos seus educandos. É necessário que os profissionais em educação tenham clareza de que o espaço escolar acolhe quem tem desejos, sonhos, cultura e que estão em constante transformação. Não apenas os docentes, mas todos aqueles que vivenciam o trabalho escolar são responsáveis por mudanças na forma de gestão e o clima organizacional da escola.

A escola deve ter o entendimento das políticas de currículo para não virem a assumir o trabalho empírico como faz referência Lopes (2010, p.33).

O ambiente escolar da EMSRP deverá ser um local acolhedor, aberto ao diálogo, propício as diversidades culturais, étnicas e sociais, primando-se de facilitador na aquisição do conhecimento de maneira reflexiva e construtiva. Portanto as suas práticas pedagógicas deverá perpassar por estes eixos. Oliveira (2010, P.18) elucida que:

(...) o nível de desenvolvimento atingido pela sociedade contemporânea coloca a exigência de um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos, sem os quais não se pode ser cidadão, no sentido de poder participar ativamente da vida da sociedade enquanto sujeitos munidos de direitos e deveres. (...) dentro da perspectiva de uma educação cidadã, formar sujeitos autônomos, partícipes de seu processo histórico e reconhecedores de sua cidadania.

O currículo escolar da EMSRP deverá ser a excelência dos serviços educacionais prestados a sua comunidade, portanto deve ser uma construído coletivamente por seus integrantes (profissionais da educação, pais e alunos) e que suas ações pedagógicas permeiam por todos os seus espaços físicos e que venha refletir em seu em torno.

Como um instrumento de construção de sujeitos, o currículo deve ser pensado e trabalhado tendo como direcionamento algumas perguntas: Que sujeitos queremos formar? Qual o nosso "ideal antropológico"? Se a finalidade da educação é o desenvolvimento pleno do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho iii, o que entendemos como desenvolvimento pleno e cidadania? Outra pergunta que não se pode deixar de fazer é: como conseguir o desenvolvimento pleno, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho com um único currículo, se essas três instâncias não estiverem integradas? (...) um currículo que integre essas três instâncias, a escola conseguirá, dentro da perspectiva de uma educação cidadã, formar sujeitos autônomos, partícipes de seu processo histórico e reconhecedores de sua cidadania.

A desconstrução desses binarismos não implica a produção de um terceiro termo que expresse a síntese ou solucione a crise estabelecida pelos termos

anteriores. Tem-se outra forma de compreender a política que incorpora os sentidos da prática e, dessa forma, concebe as interpenetrações e mesclas entre dominação e resistência, bem como as ambivalências nos discursos. A política curricular é, assim, uma produção de múltiplos contextos sempre produzindo novos sentidos e significados para as decisões curriculares nas instituições escolares.

V- Tempo escolar

A Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto, nos termos do art. 32 da LDB nº 9394/96, organizará seu tempo escolar e pedagógico observando os seguintes princípios, estimular o aprendiz a desenvolver sua capacidade de aprendizagem, visando o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo, buscando interagir e compreender os valores éticos, morais, culturais, sociais e ambientais do sistema político e da tecnologia os quais permitem uma consciência da cidadania facilitando a sua inserção no seu ambiente social. Busca também fortalecer os vínculos familiares, humanos de tolerância recíproca.

Diante do exposto, a escola entende que para alcançar tais objetivos a ação de planejar coletivamente, torna-se imprescindível, pois é importante que todos os que estão integrados ao processo educacional da escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto devem interagir de forma participativa, consciente no desenvolvimento das ações pedagógica, administrativas e financeiras, levando-se em conta as necessidades cognitivas, afetivas, sociais dos estudantes, a filosofia de trabalho da escola, o currículo básico da Rede Municipal de Betim.

No início do ano letivo o coletivo da escola deve-se reunir e organizar para estudar a proposta pedagógica da escola, definir projetos que serão desenvolvidos ao longo do ano visando sempre o bom andamento da escola.

Mensalmente os profissionais da escola deverão se encontrar para discutir, avaliar, planejar as novas ações que deverão ser implementadas para atender as necessidades cognitivas dos estudantes. O maior tempo de permanência do aluno na escola justifica-se pela ação pedagógica, portanto faz-se necessário a presença dos estagiários e seu gestor que atende os alunos no contra- turno. (A escola de tempo integral ocorre em outro espaço em horário do contra turno).

Outros momentos de planejamento serão articulados pela escola para a construção dos planos e projetos que cada professor deverá desenvolver em sua classe. Os professores contarão com quatro horas de planejamento por semana, sempre com apoio e orientação do pedagogo, para que juntos articulem planos de ação necessários às necessidades dos alunos e da escola.

A escola trabalhará na perspectiva pedagógica de ciclo de formação humana, consciente do processo cognitivo, no ideário etimológico da aprendizagem, ou seja, com a convicção que ela acontece mediante a interação com o objeto, a afetividade, o meio ambiente, enfim, delineando as práticas pedagógicas necessárias conforme a demanda, interconectando os seus próprios fundamentos teóricos disponíveis em seu coletivo específico (Piaget, Vygotsky, etc..) Para garantir a organização de ciclo, respeitados os espaços físicos da escola, que não se adequa às necessidades do coletivo e dos alunos, são utilizados espaços improvisados, como uma sala improvisada, o refeitório, a biblioteca, o laboratório de informática, onde serão desenvolvidas atividades de acordo com o nível de cognição dos alunos, para que estes possam progredir com qualidade.

Os alunos serão agrupados - por homogeneidade etária: 6, 7, 8 anos (1º ciclo) e 9, 10 anos (2º ciclo). De acordo com o desempenho dos alunos no decorrer das etapas, a escola promoverá organizações diferenciadas em pequenos grupos para que sejam assegurados progresso intra e inter-ciclos dos alunos conforme entendimento de Freitas (2004)

A partir de diagnóstico avaliativo analisado pelos professores e pedagogo, serão articulados novos planejamentos envolvendo elaboração, execução e avaliação, definindo o que fazer como fazer, e o tempo de duração do plano, com datas pré-definidas. A cada quinze dias o plano passará por uma avaliação com a participação dos professores e pedagogo e sempre que necessárias novas intervenções serão asseguradas para que a aprendizagem possa de fato ocorrer.

Gandim (1983) diz que planejar é organizar a própria ação. Portanto a escola adotará a cultura do planejamento em sua organização pedagógica, administrativa e financeira, onde todos os envolvidos neste processo possam ter clareza das ações a serem construídas no intuito de promover a aprendizagem com qualidade.

1-Ampliação do tempo escolar

Nos termos da LDB n.9394/96, o Ensino Fundamental deve conter obrigatoriamente 800 (oitocentos) horas de efetivo trabalho escolar no ano civil, segundo o art. 34 sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

A escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto tem em sua proposta curricular a ampliação do tempo na escola. Por não possuir espaços físicos adequados para tal demanda a escola continuará buscar parcerias com outras instituições situadas nas proximidades da escola, pois, acredita-se que a ampliação do tempo de permanência dos alunos nos espaços educativos, pode contribuir para melhorar o desempenho acadêmico dos alunos, além de contribuir para que outras habilidades sejam trabalhadas conforme proposto no texto “Tempo Escolar – A Mediação Pedagógica Consciente: “O Tempo Livre” pode e deve estar inseridos no processo pedagógico. Pois são momentos de ricas aprendizagens, de forma a integrar o cidadão às várias dimensões importantes para a sua relação com o meio onde está inserido.

Cavaliere (2007) referenda que a escola de tempo integral tem aspectos bem positivos, desde que o tempo destinado a aprendizagem seja de fato concretizados, e onde possam ocorrer experiências compartilhadas para a reflexão, definições curriculares compatíveis, infra-estrutura adequada, profissionais capacitados, atividades ligadas às necessidades ordinárias da vida (alimentação, higiene, saúde), cultura, a arte, ao lazer, a organização coletiva, à tomada de decisões, aspectos importantes e potencializadores para aquisição de diversas dimensões educativas. A Escola Sebastiana Raimunda Pinto organizará para que os aspectos citados acima pelo autor sejam gradativamente implementados ao Projeto de Tempo Integral.

São muitos os desafios a enfrentar, principalmente pela dificuldade que a comunidade escolar tem em compreender aspectos importantes sobre a finalidade da escola. As concepções que giram em torno da escola de tempo integral, refletem o pouco conhecimento que a comunidade tem sobre direitos e deveres instituídos em lei. A visão de assistencialismo e protecionismo limita a estabilidade de crescimento e desenvolvimento dos processos de ensino aprendizagem. Problemas

de indisciplina, descompromisso familiar, fragmentação das atividades são fatores que contribuem negativamente para ações inovadoras da escola de tempo integral.

Cavaliere (2007) enfatiza que não é a ampliação do tempo escolar por si só que garantirá maior eficiência nas práticas escolares. É preciso o envolvimento das famílias, de todos os profissionais que trabalham na escola, da comunidade do seu entorno, buscando a construção de uma proposta pedagógica cujos objetivos sejam pautadas na valorização dos saberes, nos direitos e deveres individuais, na pluralidade cultural, no respeito mútuo, e em condições adequadas de se efetivar a dinâmica de ensinar e aprender.

A Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto empreenderá esforços para fortalecer a implementação da Escola de Tempo Integral. Para tanto serão organizados momentos de debates e reflexão nos vários segmentos da escola, através do Conselho Escolar, Conselho de classe, Associação de Pais e Mestres, Escola de Pais e outros segmentos da comunidade. Bem assim com a participação dos representantes da Secretaria Municipal de Educação de Betim pela amplitude que a demanda social exige como: ampliação dos espaços físicos adequados, profissionais capacitados, transporte adequado que atenda a demanda, melhores equipamentos, currículo compartilhado com a escola regular.

2- Conselho Escolar

O Conselho Escolar, segundo sua definição no Caderno nº 1 (2004, p.34) “Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania” é um:

Órgão Colegiado, composto por representantes da comunidade escolar local, que têm como atribuições deliberar sobre questões político-pedagógico, administrativas e financeiras no âmbito da escola buscando promover (...) discussão, negociação, encaminhamentos das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. (ibidem, p. 35)

Portanto a Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto assegurará a participação do Conselho Escolar nas tomadas de decisões, visto que a presente participação colegiada nas demandas da escola contribuirá para permanentes discussões, levantamentos de questões importantes ao desenvolvimento pedagógico da escola e ações relevantes “(...) para garantir que o tempo escolar não seja desperdiçado ou esvaziado de sentido”. (CADERNO Nº 4, 2004, p. 5).

O Conselho Escolar deverá reunir quinzenalmente ou em sessões extraordinárias para avaliar a proposta pedagógica da escola, sua organização interna, as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala, os projetos de intervenções pedagógicas, as ações administrativas e financeiras, as demandas e organização curricular da escola regular e do programa de tempo integral, o nível de participação das famílias na vida escolar dos alunos, o compromisso dos educadores e demais funcionários no que diz respeito ao cumprimento de suas obrigações, mediante as necessidades dos estudantes e da escola, baseados em seus direitos e deveres, sempre embasados no que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto do Magistério, a Lei orgânica do Município de Betim, O Estatuto da Criança e do Adolescente. Mediante a avaliação o Conselho promoverá discussões com a equipe de profissionais da escola, propondo os ajustes necessários à melhoria da qualidade na aprendizagem, inclusive no campo da convivência saudável entre alunos, professores, funcionários técnicos administrativos e comunidade. Todas as decisões serão registradas em ata, datada e assinada por todos os participantes e conseqüentemente serão repassados aos demais funcionários, inclusive para as famílias dos educandos.

O conselho organizará gráficos que serão expostos em murais, no site da escola, contabilizando os avanços da escola nos campos pedagógicos, administrativos, financeiro, interpessoal. Serão divulgados para a comunidade os projetos desenvolvidos pelos educadores da escola, desenvolverá iniciativas de incentivo aos docentes e demais funcionários, valorizando positivamente a criatividade, o interesse, o compromisso, o desempenho dos estudantes professores e as famílias.

3 - Ciclo de Formação Humana

A Escola Sebastiana Raimunda propõe sua organização de tempo e espaço, currículo e avaliação na lógica de Ciclo de Formação Humana, por acreditar que cada indivíduo tem características próprias de aprendizagem e que, portanto devem-se respeitar as individualidades de cada estudante. Freitas (2004) ao conceber a idéia de “Ciclo de Formação humana”, nos orienta e dá entender que o tempo e os espaços da instituição devem ser alterados de maneira global, buscando sempre compreender criticamente as finalidades da escola para os princípios da ação

democrática e participativa conforme preceitua as normas que regem o ideário organizacional dos espaços públicos escolares (ler artigo 14 LDB), para que estes possam ser utilizados como eixos norteadores no processo de construção dos saberes.

Visando promover instrumentos de incentivo a autonomia, a capacidade intrínseca de construir sua própria aprendizagem, sendo o professor o mediador nesta construção, o coletivo da escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto assumirá com competência e profissionalismo suas funções baseados no que diz a lei de Diretrizes e bases da Educação nos seus artigos 12 e 13, na lei orgânica Municipal de Betim e no Estatuto do Magistério.

Neste contexto, os estudantes serão organizados em classes de acordo com sua faixa etária, sendo que outras organizações poderão ser implementadas se necessárias no decorrer do ano letivo, observados as demandas e carências cognitivas dos educandos. São propostas atividades diferenciadas e criativas durante o tempo regulamentar das aulas e no contra-turno, sem que o educando perca sua turma de referência (Escola de tempo Integral).

Estas “operações pedagógicas”, flexibiliza diversas situações em que enseja uma intervenção, proveitosa, quando na classe, surge alunos com deficiência na leitura, interpretação e operações. Do que, a título de argumentação, é importante citar Freitas (2004, p.8), ao pontuar sobre o papel da escola, aduz que “(...) planejar de forma a garantir que um maior número de alunos aprenda” e encontrar diferentes formas de ensinar que assegurem a aprendizagem dos alunos e o seu progresso.

Para esta organização é necessários a utilização de outros espaços além da sala de aula, como a biblioteca, o laboratório de informática, o refeitório e uma sala improvisada, pois o espaço físico da escola não é adequado para atender a dinâmica do Ciclo de Formação Humana.

A proposta pedagógica da escola levará em consideração a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB n.9394/ 96), a Constituição Brasileira; O Estatuto da Criança e do Adolescente; o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); A Resolução CNE/CEB nº de 3 de agosto de 2005; o Parecer CEE/MG nº 1.041, de 27 de outubro de 2005; A Base Curricular da Rede Municipal de Betim. De

acordo com os objetivos Propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e confirmados na proposta Pedagógica da escola:

(...) a utilização das diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica corporal como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação; conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais, como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País; saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos, conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva.

Certamente o maior desafio enfrentado pelo coletivo da escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto é o encontro com as famílias dos estudantes para fortalecer as tomadas de decisões de acordo como referenda as normas constituídas nas leis vigentes do Brasil (ex. artigo 14 da LDB). É por acreditar que as mudanças positivas no contexto escolar só surtirão os efeitos desejados se famílias, comunidade, docentes, discentes, corpo administrativo e técnico engajarem na luta de um ideário sensível às necessidades dos discentes, onde o aprimoramento intelectual exerce influências na construção de um mundo menos injusto.

Para tanto a criação do Conselho Escolar, da Escola de Pais, e outros instrumentos democráticos serão buscados pelos educadores da Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto, visto que “(...) a escola precisa ser entendida como uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto” (SAVIANI, 1983, apud III COMEB/1998 – Referencial Político-Pedagógico ‘Escola Democrática’, p.28).

VI- Processo de decisão

A Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto, terá como conexão no processo de decisão administrativa, pedagógica e financeira, o diálogo, o planejamento e avaliação. A escola pública tem o dever de possibilitar espaços e tempos para que a comunidade que se presta os serviços educacionais tenha garantido o seu direito de cidadão.

O Brasil por sua formação histórica, política e econômica, constituiu-se numa população com muitas desigualdades sociais econômicas e culturais por ter – lhe negado o direito de participação na escolha dos seus dirigentes políticos. A escola

poderá amenizar essa diferença ao oportunizar a participação da comunidade escolar nos espaços colegiados de participação (conselhos); eleições de diretores escolares, e outras instâncias, tais como escola de pais, grêmios e outros. O pouco tempo de experiência democrática no país e na escola requer a construção e consolidação destes espaços de participação, e para que sejam efetivos e cumpram seus objetivos propostos por lei, e que os anseios do coletivo da escola, é que se dá a elaboração do PPP.

É uma tarefa difícil nos tempos atuais, trazer a comunidade para dentro da escola. Conseqüência do mundo globalizado, que toma todo o tempo das pessoas, pelo sistema capitalista que impulsiona o individual em TER em função do SER e pela cultura da não participação. A democratização da escola pública é um processo que possui ritmos diferenciados, e, devem-se construir estudos e cuidados para que não venha tornar-se somente uma configuração de “modismo” dos tempos atuais, num grande engodo. Para tanto, há de se significar e dar o verdadeiro conteúdo da democratização, nesses termos a busca do diálogo e da efetiva participação (NUNES, 1999).

A democratização da escola M. S. R. P., deverá oportunizar nesse espaço político, o propósito de discutir, deliberar, planejar e tomar decisões em prol de uma educação de qualidade. Nesse escopo, lançar-se de mecanismos que favoreça a inserção da democratização do saber como o Conselho Escolar, Projeto político Pedagógico e a Escola de Pais. Ao construir e consolidar estes mecanismos de democratização de decisão no espaço “(...) a escola precisa ser entendida como uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto” (SAVIANI, 1983, p. 28) justifica-se atender aos estudantes do nível escolar de 6 a 10 anos e ter como proposta política pedagógica a implementação do tempo integral. “Tempo de desenvolver experiências escolar, reflexiva, recreativa numa perspectiva de desenvolver cidadãos críticos e mais fraternos”.

O Conselho Escolar é um dos principais mecanismos que a escola deverá disponibilizar para alavancar caminhos de participação. Porque sua estruturação é fundamentada em leis que regulamenta suas funções e decisões dando caráter de autonomia e legitimidade a instituição escolar. No texto “**Conselho Escolar: estratégia de gestão democrática**” reafirma toda a força do conselho, pois esse

representa a voz, o pensar, a cultura dos agentes internos e externos da escola que delibera, decide a estrutura pedagógica da escola. Freire (2007, p.7) relata que:

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.

A eleição dos dirigentes escolares, que já ocorre no município de Betim desde 1994, é realizada a cada dois anos. Na eleição os dirigentes das escolas municipais são eleitos pelos estudantes acima de 12 anos de idade, funcionários, pais e responsáveis. Com implementação do tempo integral a EMSRP em espaço diferentes é necessário que se tenha um gestor que faça a ponte entre esses espaços e a dinâmica do currículo, portanto a escolha deste será de responsabilidade da comunidade escolar através de eleição aos que almejam o cargo.

A escolha do gestor escolar deverá vir ser a superação das mazelas do corporativismo e das interferências políticas nas ações pedagógicas, Oliveira (2010) A eleição do dirigente é fundamental para que o estabelecimento de ensino cumpra a sua função na tomada de decisões, tendo a dimensão educativa vinculada ao planejamento, a avaliação da instituição: estudantes, docentes e funcionários. Construir uma rede de poder do saber, estabelecer a aprendizagem de todos os envolvidos no processo educacional como direito humano. O gestor é o ator do processo que impulsiona, delega, avalia estimula a aprendizagem.

O Projeto Político Pedagógico norteará a prática da gestão da presente na escola. Cury (2010) traduz qual a função primordial da educação ao definir o solo da escola como momento, tempo, lugar público de direito do fazer pedagógico. Entretanto todo esse dinamismo pedagógico somente ocorrerá de forma qualitativa se tiver sido: pensado, discutido, planejado e intencional.

O gestor escolar tem como função coordenar, deliberar, convocar a comunidade escolar a estar no interior da escola. Juntos, gestor e comunidade escolar irão tomar as decisões que justifique o que, o para que e o para quem seja o espaço público. Rios (2010) definem o cargo do gestor como uma função de não

transitoriedade. Portanto o direcionamento que é dado pelo gestor reflete na comunidade. O processo de decisão requer compartilhamento, responsabilidades e participação na preposição de uma Escola Democrática que tem com centro de suas ações a Educação como Direito de ingresso, permanência e qualidade educacional.

A estrutura de funcionários esta estabelecida pela Rede Municipal de Educação de Betim, partido do principio do número de estudantes em cada unidade de ensino. No entanto essa regra não é igualitária, há escolas que possuem o mesmo número de alunos e com características físicas e geográficas bem mais favorável e acabam sendo bem mais privilegiada em detrimentos a outras. A Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto divide os gestores, tesoureira, secretária e o pedagogo em duas escolas de pequeno porte: EMSRP e a Escola Municipal Professor WE. Portanto o quadro de funcionários da EMSRP está assim determinado pela SEMED: Diretor e vice, pedagogo em sistema de rodízio entre o 1º e 2º turno, 1 tesoureiro, 1 secretaria, um técnico de secretaria, duas bibliotecárias, 10 professores e 4 agentes de serviços gerais.

Na implantação do programa de tempo integral consta-se de monitores que estão no ensino superior e um coordenador.

Mudanças no processo de tomada de decisões da escola, a consolidação de espaços coletivos de participação e a elaboração de um PPP que reflita os anseios da escola, da educação e ensino que desejam, faz com que a mudança na cultura organizacional da escola se faça sem sobressaltos e prejuízos para aqueles que dele participam e principalmente para os alunos e alunas.

VII - RELAÇÕES DE TRABALHO.

1 - Os atores – papéis – competências.

A expectativa imprimida pela nova nomenclatura jurídica, política e social à educação, nos termos e em cumprimento dos direitos fundamentais da atual Carta Magna pátrias e na LDB – Lei de Diretrizes Bases da Educação e no PNE – Plano Nacional da Educação, abriu-se precedentes para uma extensa empreitada, a fim de preparar as condutas a serem tomadas, no que tange a administrabilidades no âmbito da gestão escolar ou conforme demanda o contexto político, econômico e

social que implicam constituição das novas estruturas administrativas escolares, que exigem preparação profissional e conhecimentos profundos sobre a os deveres e obrigações bilaterais entre o poder publico e seus cidadãos. E a escola é um dos mais importantes referenciais para isto, pois ao produzir conhecimentos, passa a ser, através da educação, o norte para se alcançar a formação para a cidadania, adequada e exigida pelos novos parâmetros sociais: conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, conforme preceitua os diversos pressupostos teóricos no entorno dos efeitos da educação para uma sociedade exposta à concorrência de mercados, material e humano, onde a capacidade é suporte para alcançar o mínimo de sucesso.

Assim como a evolução científica, interconectar os contextos históricos, as experiências de mundo, da educação e de seus docentes, também exige grande atenção do estado, tanto para auxiliar sua continua formação profissional, uma vez que não há como dissociar a idéia de querermos uma educação focada na formação de indivíduos para os desafios do contexto sócio econômico atual; proceder à **formação continua de docentes** capazes e dotados de conhecimentos, habilidades que lhes garantam tanto concretizar os projetos pedagógicos escolar, inclusive **com prazos estabelecidos, e, em consonância com todo o aparato jurídico, ético e moral que norteiam o direito à educação e a gestão democrática** e, transferi-lhes aos seus destinatários, com a qualidade que se espera.

Destarte, é oportuno, cingir estas questões às expectativas sobre “gestão de pessoas”, focalizando as instituições organizadas no espaço escolar, articulando-se entre o efetivo profissional e os seus destinatários (estudantes), bem assim a comunidades em geral, atores que assumem seus papeis. Para efeitos meramente de fundamentação, segundo Chiavenato (2005, p.5/6) “(...) as organizações constituem meios, através da qual elas podem alcançar vários objetivos pessoais, com um custo mínimo de tempo, de esforço e de conflito. Muitos dos conflitos pessoais jamais poderiam ser alcançados apenas por meio do esforço pessoal isolado.” Eis, pois, uma das razões para priorizar a constituição do Conselho Escolar, no rol organizacional do espaço da EMSRP, pois sua própria estrutura garante a resolução dos conflitos democraticamente.

Dentre os diversos desafios, para se organizar o espaço escolar como se pretende, para uma gestão democrática efetiva, e a afirmação de lutas sócio-política e histórica em torno da educação, especialmente, quando refletimos sobre a régua do tempo e nos marcos históricos, pontuada pelos processos políticos e econômicos, liberal, neoliberal, capitalista, que construíram ideologias em torno da mais valia, da identificação do homem como referencial para a produção e lucro, tem-se ainda que superar segundo Dourado (2010 p.1) “(...)a desigualdade tenta fazer com que a classe trabalhadora aceite essa desigualdade educacional como desigualdade natural, sendo, assim, inútil lutar contra ela.”

Hoje, entretanto, no espaço escolar, os diversos segmentos que o compõe, é instituídos, com base jurídica e sob o ideário de se consolidar a formação política e social do homem – da cidadania – e, valores – da dignidade humana; de sua formação crítica, que cumpre com suas obrigações e saiba pleitear os deveres; que cumpre seus deveres e saiba pleitear as obrigações. Para tanto, o espaço escolar deve figurar hoje, como um espaço social; para a socialização. A participação da comunidade em geral: dos pais e alunos, dos professores, dirigentes e técnicos da educação nesse “palco” social, é tão importante quanto à realização pessoal de cada um. Uma vez que, é com esta participação que se instaura a democracia: discute-se os objetivos, as contradições, as possibilidades de estruturação física pedagógica da escola, especialmente para a elaboração do seu Projeto Político Pedagógico – PPP - perante a realidade do contexto histórico, político, cultural, econômico e social da comunidade afeta à escola, e sua influencia ante a mesma realidade municipal. As ações político pedagógica do dirigente, no ambiente escolar, devem ser articuladas com as emanções dos “atores sociais que a compõem”.

2 - Administração de conflitos nas relações interpessoais (criança -criança, criança- adulto, adulto-adulto).

O ambiente escolar pela sua própria natureza é conflitivo. A própria complexidade de manejar o equilíbrio entre as partes implicam atitudes que visam, além de cativar, fazer participar, adotar as carências explicita no aluno, advinda de sua relação extra-escola, no seio de sua família, sociologicamente conceituada

como base da sociedade considerada como grande contribuinte para que a escola entre em seu lar, aqui bem entendido.

Assim sendo, os conflitos entre criança-criança e adulto - criança, deverão ser pautada com equilíbrio e preparo emocional por todo o coletivo da escola, para perceber, mediar e resolver situações em que ocorram comportamentos prejudiciais à imagem, a integridade física da criança, e a harmonia do ambiente estudantil; sempre acompanhado, inclusive com a presença de pais e/ou responsáveis, dependendo da natureza da conduta, ser comunicado as autoridades competentes conforme as disposições pertinentes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Quanto à administração de conflitos nas relações interpessoais entre adulto-adulto, deverão ser também pautada com equilíbrio e preparo emocional do mediador, em espaço próprio e adequado, o qual deverá ser edificado no espaço físico da escola, onde o/a (s) envolvidos terão oportunidade de se esclarecerem, respeitados os aspectos da cooperação, tanto com a equipe e/ou superiores hierárquicos da administração, e as orientações, normas que se relacionem direta e indiretamente com as atividades de sua função, antes de se buscar soluções administrativas mantenedora da urbanidade entre os servidores públicos da Rede Municipal de Betim.

3 - Questões norteadoras:

As relações de trabalho são pautadas pela solidariedade e participação coletiva?

A EMSR se identifica com outras instituições organizadas. Em se tratando de seu ambiente escolar, destino natural do compromisso que devemos ter com a educação seus gestores, docentes, alunos, pais de alunos e a família, dever-se-ão no seu cotidiano, manter comportamentos que norteiam a participação coletiva solidária, em sintonia com os princípios éticos e morais, atada aos aspectos da reciprocidade; respeitar às decisões colegiadas; e manter conduta digna e fiel no cumprimento do dever e das obrigações; dedicação responsabilidade e comprometimento profissional - instrumentos estes, estendidos as demais entidades colegiadas, organizadas no ambiente da escola: Conselho Escolar, Conselho de

Classe, Associação de Pais e Mestres e Grêmio Estudantil, como imperativo, na forma em que se organizarem os estatutos pertinentes. Há uma correlação de forças, e é nesse embate que se originam conflitos, tensões, rupturas, propiciando a construção de novas formas e relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva que favoreçam o diálogo, a comunicação horizontal entre os deferentes segmentos da escola.

A Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto, estrategicamente, organizará, com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, as relações de trabalho de acordo com o perfil de cada professor e dos demais trabalhadores. Do que, para se adequar à dinâmica da própria legislação educacional e da função do ambiente escolar, torna-se necessário, redesenhar os quadros descritivos das atividades, da divisão e distribuição das tarefas, de acordo com os objetivos do currículo pedagógico organizado pela escola.

Mediante aos desafios, arrolados pelas dificuldades de: infra-estrutura material; espaço e equipamentos para atividades pedagógicas; sobrecarga de trabalho, por falta de funcionários e, ao final a absorção de toda uma sistemática jurídica e econômica, a exigir um gerenciamento democrático, tendo em vista a idéia da descentralização administrativa – especialmente, quando isto é posto numa comunidade pouco interessada nos processos da educação da EMSRP - conforme já percebido ante as diversas atividades de interesse para o desenvolvimento cultural da comunidade, com tímida presença e participação de seus residentes. A realidade encaixa nas observações de OLIVEIRA, Dalila Andrade (2002), quando aduz sobre as dimensões das “obrigações administrativas” em virtude do novo papel do Diretor:

“(…) sem assumir uma postura centralizadora e autoritária, pesa sobre os ombros do diretor uma intensificação do trabalho, já que se encontra impedido de delegar poder e dar ordens, em razão de que a noção de subalternidade foi substituída por uma retórica que valoriza o trabalho coletivo e as relações horizontais”.

Conduzir as discussões críticas construtivas, na dimensão e extensão dos efeitos da implantação da sistemática da Gestão democrática da escola, aberta, participativa brasileira, “caracterizadas pelo abandono e pela carência material”, com certeza, conforme alerta Oliveira (2002, p. 141): “(...) fica difícil esperar dos

profissionais da educação e dos usuários dessas escolas que tenham tempo e disposição para uma participação diferenciada e politizada no cotidiano escolar”.

Diante das expectativas que permeiam o trabalho escolar e suas relações na EMSRP, resta-nos, após as medidas de praxe, adotar, expor a todos e tabular a melhor forma de organizar o trabalho que atenda a demanda gestão presente escola.

VIII - AVALIAÇÃO

Passamos no município de Betim com a implantação do sistema ciclo por um período da subversão avaliação. Os estudantes eram avaliados por critérios de cada instituição, momentos em que não entendimento do como devolver ao educando o seu desempenho nos estudos. Nesse embaralhado o educando não responsabilizou-se pela sua aprendizagem e os pais não sabiam o que era necessário cobrar da escola e por sua vez a escola também não sabia qual era seu papel e para onde deveria caminhar.

A Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto, em 2009 passar pela experiência da construção do PDE-Escola (Plano de Desenvolvimento da Escola), instrumento avaliativo de todos os seguimentos da escola. Foi feito uma radiografia da escola e aponta caminhos para que a instituição possa progredir.

Um dos pontos apontados pelo instrumento PDE- Escola é a necessidade da construção de mecanismos sistematizada da avaliação institucional. A escola é um espaço público de direitos, portanto também requer deveres de quem a compõe. Nessa perspectiva de que todos que compõem a comunidade escolar são co-responsáveis pelo sucesso e bom desempenho de seus educandos, faz-se necessário esboçar ações de avaliação de todos os seus atores: gestor, educadores, pedagogo, funcionários administrativos e de serviços gerais, pais e responsáveis e o estudantes.

A escola passa por avaliações externas implantadas pelo Governo Federal e Estadual. O município de Betim também esta criando seu sistema de avaliação do educando e do seu profissional. A SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Betim) realizou uma pesquisa avaliativa da escola e da própria secretaria.

Construir a cultura da avaliação! Essa é a tarefa que a Escola Municipal Sebastiana Raimunda Pinto, tem como desafio. Mecanismos sistematizados de monitoramento da aprendizagem dos estudantes, e de motivação de aprimoramento e formação do seu corpo docente. Trazer os pais para dentro da escola não para festividades, mas sim com atores imprescindíveis para alavancar uma proposta educativa consistente.

IX - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Art. IV e 23. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acessado em: 09/agosto/2010.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria da Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares:** Caderno nº 4. p. 55. Brasília, DF Novembro de 2004.

BRASIL. Indagações sobre o currículo. Cadernos: Currículo, **Conhecimento e Cultura**, 2008. Brasília: Ministério de Educação. 2008. p.28.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais1997.**

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública.** <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3130&advanced=0&paging=&page=2> Acessado em 29/agosto./2010

[CURY,Roberto Jamil, O Direito à Educação: **Um Campo de Atuação do Gestor educacional na escola.** <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3130&advanced=0&paging=&page=2> >Acessado em10/agosto./2010

DOURADO, Luiz Fernandes; Moraes, Karine Nunes;Oliveira, João Ferreira. **Função Social da educação e da escola.** Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_8.pdf Acessado em 25/agosto/2010.

FREIRE, Paulo **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares** caderno 2<. <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=218628>> Acessado em15/agosto./2010

NAVARRO, Ignez Pinto. **O processo e o Produto.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3130&advanced=0&paging=&page=2>. Acessado em 05/agosto/2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Política e Gestão da Educação.** Org. por Dalila Andrade Oliveira e Maria de Fátima Felix Rosar. Belo Horizonte: Autentica, 2010. Acessado em 03/set./2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de – UFG Karine Nunes de Moraes – UFG Luiz Fernandes Dourado – UFG **Premissas Básicas para Democratização.** < <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3130&advanced=0&paging=&page=2>. Em 05/agosto/2010.

OLIVEIRA, João Ferreira. **A Construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola.** Disponível em <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2_joao.pdf>Acessado em 03 de agosto. 2010.

RODRIGUES, Alfredo Johnson. **Referencial Político -Pedagógico: Escola Democrática,** in III CONGRESSO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BETIM/1998. Betim/MG –dezembro de 1998

RODRIGUES, Alfredo Johnson. **Referencial Político -Pedagógico: Escola Democrática,** in III CONGRESSO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BETIM/1998. Betim/MG –dezembro de 1998." \s " c 1

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Que Qualidade é essa?.** Revista Nova Escola: Gestão Escolar. Ed. Abril. Edição: outubro/novembro. Ano II. Nº10. P.54.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compromisso Social.** Revista Nova Escola: Gestão Escolar. Ed. Abril. Edição: agosto/setembro. Ano II. Nº9. P.54.

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Níveis do Planejamento Educacional.** Disponível em: < <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=3130&advanced=0&paging=&page=2>. > Em 05 /agosto/2010.